

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História



Trabalho de Conclusão de Curso

**Os Boletins da Superintendência do Ensino Rural do Rio Grande do Sul:
orientações pedagógicas dos/para os professores rurais (1954-1958)**

Weliton Barbosa Kuster

Pelotas

2019

Weliton Barbosa Kuster

**Os Boletins da Superintendência do Ensino Rural do Rio Grande do Sul:
orientações pedagógicas dos/para os professores rurais (1954-1958)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História

Orientadora: Prof. Dr^a. Lisiane Sias Manke

Agradecimentos

Certa vez, Walt Disney falou - ou talvez ele tenha escrito, não tenho certeza - que, se conseguimos sonhar com algo, conseguimos realiza-lo. O final da graduação, para mim, sem dúvida, significa um sonho uma vez idealizado que agora se torna real. Esta escrita, meu Trabalho de Conclusão de Curso, é como se fosse a personificação desse sonho. Os obrigados são muitos, para muitos. O caminho até aqui não foi fácil, cheio de desafios, descobertas, conquistas, muitos orgulhos e alguns arrependimentos que, ao final, representam uma história que precisa ser gratificada.

Em primeiro lugar, preciso proferir, em palavras, minha gratidão a Deus. Expressar minha crença certamente daria um outro TCC, mas, a Ele, não posso deixar de expressar meu muito obrigado!

Em segundo lugar, preciso agradecer a toda minha família, muito especialmente meu pai, seu Aristeu, e minha mãe, dona Terezinha. Incrivelmente compreensíveis, não mediram esforços para me ajudar, em todas as instâncias que necessitei. Seus sacrifícios me serão para sempre lembrados. Ao restante da família, meu muito obrigado pelo apoio, paciência, cuidado e carinho.

Preciso lançar um agradecimento especial a professora Patrícia Weiduschadt, sempre muito cuidadosa e preocupada, possui extrema importância na escolha desse tema de escrita uma vez que me concedeu primorosos momentos de aprendizagem dentro dos três anos que atuei como Bolsista de Iniciação Científica sob sua orientação. Aqui, já aproveito para agradecer ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, grupo de pesquisa que me fez crescer e evoluir em múltiplos aspectos no meio acadêmico.

A Magda Vicente, uma colega de CEIHE, ex-professora e também uma amiga que, extremamente atenciosa, me recebeu em sua casa no começo dos meus movimentos para escrita do TCC, reservando muito do seu tempo para me ajudar em algumas escolhas me mostrando possíveis caminhos. Minha gratidão a esse cuidado não se mede, muito obrigado!

A todos os meus amigos que, cada um a seu modo, se mantiveram preocupados com o andamento do meu trabalho e comigo mesmo. Opto por não

nomeá-los pois precisaria de outras 47 páginas, mas deixo aqui meu sinceros agradecimentos, vocês são incríveis!

Por fim, e de forma alguma menos importante, deixo meu muitíssimo obrigado a professora Lisiane Sias Manke, por seu esplendoroso cuidado, preocupação, atenção e por todo o seu empenho na orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso. Meu muito obrigado!

KUSTER, Weliton Barbosa. **Os Boletins da Superintendência do Ensino Rural do Rio Grande do Sul: orientações pedagógicas dos/para os professores rurais (1954-1958)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019

Resumo

Resumo: o presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo tecer algumas análises a partir dos discursos de e para professores rurais presentes nos Boletins da Superintendência do Ensino Rural. Tais documentos foram criados na década de 1950 pela Superintendência do Ensino Rural, órgão vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul que possuía, ainda, ligação com o Centro de Pesquisa e Orientação Educacional (CPOE). Tais documentos tinham por objetivo fortalecer as instituições de ensino rural através dos seus discursos de instrução. Essa pesquisa, então, procura entender de que formas as concepções pedagógicas presentes em escritos de professores rurais dentro dos documentos tencionavam orientar as práticas desses mesmos profissionais na década de 1950. O processo de análise documental demonstrou que a Superintendência do Ensino Rural, responsável pela produção dos boletins, mantinha sua preocupação focada nas práticas docentes, empenhando-se, dessa forma, em alcançar seus objetivos para com o meio rural, como a fixação dos estudantes à terra em detrimento do êxodo rural, mantendo a importância da permanência nesse meio incorporada ao ofício docente tentando propalá-la, ainda, via escola.

Palavras-chave: Educação Rural; Impresses Oficiais; Ruralismo Pedagógico.

Abstract: The present work of course conclusion aims to weave some analysis from the speeches of and for rural teachers present in the Bulletins of the Superintendence of Rural Education. These documents were created in the 1950s by the Superintendence of Rural Education, an agency linked to the Secretariat of Education and Culture of the State of Rio Grande do Sul, which also had links with the Center for Research and Educational Guidance (CPOE). These documents aimed to strengthen rural education institutions through their speeches of instruction. This research, then, seeks to understand in what ways the pedagogical conceptions present in the writings of rural teachers within the documents intended to guide the practices of these same professionals in the 1950s. The process of document analysis showed that the Superintendence of Rural Education, responsible for producing the bulletins, kept its concern focused on teaching practices, thus striving to achieve its goals for the rural environment, such as fixing students to the land to the detriment of the rural exodus, maintaining the importance of permanence in this environment incorporated into the teaching profession trying to propagate it, still, through school.

Key-words: Rural Education; Official forms; Pedagogical Ruralism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
O ENCONTRO COM AS FONTES: OS BOLETINS DA SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO RURAL.....	9
A ambiência rural.....	12
PRÁTICAS NORTEADORAS: OS DISCURSOS DE INSTRUÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCENTES E DISCENTES.....	20
Representação discente em foco: os Grêmios para Menores.....	27
ÚLTIMAS PALAVRAS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Desde de o início de minha graduação tentei me inserir nos caminhos da pesquisa. Minha vida, nesse sentido, muito somou para as escolhas que fiz a partir das oportunidades que vieram me surgindo. Ainda adolescente, acompanhei, de perto, a formação de minha irmã mais velha no magistério. Junto dela, produzi muitas coisas voltadas para a sala de aula, desde instrumentos práticos de aprendizagem até instrumentos mais teóricos. Esses movimentos me fizeram desenhar um futuro como educador que, algum tempo depois, seria culminado. Já na Universidade Federal de Pelotas, em meados do meu primeiro semestre de graduação, me aproximei do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Nesse espaço, recebi a oportunidade de trabalhar como Bolsista de Iniciação Científica e passei a me apropriar de espaços de estudo, pesquisas e orientações.

Esse caminho me levou a ensejar possibilidades de pesquisa em História da Educação quando da escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso e, aqui, os esforços do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação e minha trajetória se entrecruzam. Enquanto estudante do Ensino Fundamental, pertenci a uma escola de campo. As vivências, experiências e aprendizados que vivi nesse espaço dizem muito sobre quem sou hoje. O CEIHE, por sua vez, me apresentou os Boletins da Superintendência de Ensino Rural, impressos pedagógicos e oficiais que servem tanto como fonte quanto como objeto de minha pesquisa. Acerca delas, dedicarei mais atenção no seguimento dessa escrita.

Quanto aos autores que já trabalharam com essas fontes e que serão utilizados nessa pesquisa enquanto referencial teórico, tem-se Flávia Werle que, em seus escritos, realiza um importante levantamento a respeito dos Boletins, apontando suas principais características. Dóris Bittencourt Almeida, na sua tese de doutorado intitulada “Memórias da Rural: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960)” se vale dos Boletins do Ensino Rural no seu estudo a respeito da Escola Normal Rural da cidade de Osório, no Rio Grande do Sul.

Meu Trabalho de Conclusão de Curso buscará, através dos citados Boletins da Superintendência do Ensino Rural, alcançar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: analisar as concepções pedagógicas que orientavam a prática de docentes rurais na década de 1950, no Rio Grande do Sul, a partir dos boletins da Superintendência do Ensino Rural.

Objetivos Específicos:

- 1) identificar, nos textos dos impressos, os fatores de orientação pedagógica para o contexto escolar rural;
- 2) Verificar de que formas se dava o diálogo entre Superintendência do Ensino Rural e as instituições de Ensino Rural;
- 3) Compreender as práticas pedagógicas que permeavam os discursos dos professores rurais que escreviam e publicavam nos Boletins;

Sendo assim, essa pesquisa tentará responder alguns questionamentos no sentido de descobrir, não olhando para a Educação Rural no intuito de capturar uma essência nova, intocada, não trazida à luz, mas de descobrir no sentido de estabelecer relações. Descobrir no sentido de, sobretudo, aprender. Estudar a Educação Rural é entender que esse contexto permite buscar respostas e indagações do presente possibilitando que vozes e ações dos tempos pretéritos não fiquem silenciadas (OLIVEIRA, 2009).

2. O ENCONTRO COM AS FONTES: OS BOLETINS DA SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO RURAL

Por muitos anos, a esfera rural fora considerada um espaço genuíno no Brasil. Nessa esfera existia, para muitos, uma essência representativa que precisava ser preservada. A educação, em meio a esse ideário, vai começar a ser visada como um caminho para o alcance dessa preservação a partir de 1920, quando as concepções teóricas acerca do ruralismo pedagógico¹ passam a dar os seus primeiros passos.

O estado do Rio Grande do Sul, um pouco mais tarde, a partir da segunda década do século XX, já estará marcado pela industrialização e pelo ideário desenvolvimentista. Nesse período, a educação pública se ampliava e deveria colaborar no sentido que o ruralismo pedagógico defendia: operar para a modernização do campo e, também, no sentido de conter o êxodo rural.

O aumento da participação do Estado nas questões da organização do sistema educacional no Rio Grande do Sul é posta no período do Estado Novo através da criação, em 1943, do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE), órgão vinculado à Secretaria de Educação. O CPOE foi uma instituição de grande importância em múltiplos aspectos da educação dentro do Rio Grande do Sul, chegando a configurar-se como centro das decisões educacionais e como órgão que estabelecia formas de controle sobre a profissão docente, à vida dos estudantes, à escola e à comunidade escolar em geral. O CPOE teve destaque na medida em que orientou, decidiu, fiscalizou, controlou e pesquisou determinados projetos e práticas pedagógicas voltadas para a escola (QUADROS, 2005).

O CPOE oferecia, então, diretrizes dinâmicas e funcionais para o trabalho dos professores. As formas de atuação se davam por meios diferenciados, como em visitas individuais, orientações escritas, em postos de atendimentos e também através de publicações. Segundo Flávia Werle:

O CPOE (Centro de Pesquisas e Orientação Educacional) é criado em 1943, tornando-se em órgão normativo, de caráter centralizador, intervindo diretamente em escolas e seu funcionamento. No ano de 1947 a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul é reorganizada. Nesta ocasião são extintos os Departamentos de Educação Primária e Normal e o de Educação Física, sendo suas atribuições transferidas para os novos órgãos criados, as Superintendências (2011, p. 3)

¹A esse respeito, consultar Bezera Neto (2003) e Sud Mennucci (1946)

Pontua-se que o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional teve grande protagonismo enquanto orientador educacional dentro do estado do Rio Grande do Sul, sendo a Educação Rural umas das suas dimensões de atuação. A partir da reorganização da Secretaria de Educação e Cultura é que um novo departamento vai ser criado, a Superintendência de Ensino Rural, munida das funções de supervisão, orientação e, inclusive, de fiscalização das instituições de ensino rural.

É através dessa conjuntura que serão produzidos os Boletins da Superintendência do Ensino Rural, impressos oficiais que deveriam servir como um instrumento de instrução e que, como já dito, servem tanto como fonte quanto como objeto dessa pesquisa.

Cellard (2008) infere algumas preocupações e cuidados a serem tomados quando do trabalho com análise de documentos. Esse autor será o principal referencial metodológico utilizado nesta pesquisa. A análise documental preocupa-se com a intencionalidade das fontes, que neste caso diz respeito aos Boletins do Ensino Rural. Portanto, o movimento da análise documental propõe-se:

A produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. May (2004) diz que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10)

Os Boletins foram produzidos no intuito de funcionar como um instrumento oficial, onde figurariam discursos instrutivos, voltados para os professores das escolas rurais. Flávia Werle infere que os Boletins eram:

Uma publicação oficial para as escolas rurais primárias e escolas normais rurais, para professores e orientadores, um misto de relatório de atividades do sistema no que se refere à educação rural, espaço de orientação pedagógica e agrícola (2011, p. 4)

Não se tem ao certo, ainda, a quantidade de Boletins que foram produzidos e publicados durante a década de 1950. Para este trabalho de conclusão de curso, foram utilizadas cinco publicações pertencentes ao Centro de Documentação (CE-DOC) do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, onde estão disponíveis para pesquisa.

Os Boletins estão divididos em três grandes seções que abarcam, cada uma, um assunto diferente. Dentro de cada uma dessas seções existem, ainda, subdivisões que especificam um pouco mais esses assuntos discutidos.

A seguir, uma tabela demonstra os dados referentes ao número de páginas de cada um dos boletins. As três últimas colunas indicam o nome das seções que compõem o documento e o número de páginas que cada uma possui, nas diferentes edições.

Tabela 1 – Dados referentes a paginação dos Boletins da Superintendência do Ensino Rural

Boletins Ano e mês da publicação	Número total de páginas	Informações, artigos, diversos	Vida Rural	Educação
1954 (março)	35	19 páginas	8 páginas	6 páginas
1954 (abril/maio)	93	56 páginas	18 páginas	15 páginas
1954 (junho)	233	101 páginas	57 páginas	56 páginas
1954-1955	320	105 páginas	65 páginas	51 páginas
1956	374	177 páginas	45 páginas	44 páginas
1957	348	130 páginas	55 páginas	123 páginas
1958	652	254 páginas	136 páginas	129 páginas

Fonte: Boletins da Superintendência do Ensino Rural. Compilado pelo autor.

Observa-se que, via de regra, essas fontes respeitam uma mesma organização, estando separadas em três grandes seções. Sendo significativo o crescimento do número de páginas a cada ano que passou, por publicação.

Em comparação, vê-se que a seção Artigos, informações, diversos possui sempre um número maior de páginas, isso devido, talvez, ao assunto que a mesma aborda. Essa primeira seção se configurava no espaço utilizado pela Superintendência de Ensino Rural para divulgação de suas realizações e também de sua legislação. São comuns, também, as mensagens que demonstram os feitos do governo; não possuindo um foco apenas no mundo rural, se referindo, do mesmo modo, a questões culturais.

A seção Vida Rural, a segunda seção, abarca direcionamentos que buscavam incentivar a modernização do campo apontando a escola como um meio para tal. Similarmente, as práticas agrícolas, agropecuárias e as próprias vivências rurais deveriam ser pensadas através de uma mediação que fosse pautada pela educação.

A última seção, denominada Educação, volta seus escritos para as práticas dos professores. Vale ressaltar que a seção Vida Rural e a seção Educação receberão maior destaque nas análises realizadas nesta pesquisa.

Torna-se perceptível que esses Boletins buscavam fortalecer as instituições de ensino rural por meio dos seus discursos, o que aponta para uma questão bastante ampla: de que formas a Superintendência do Ensino Rural visualizava o espaço da zona rural para, então, articular suas diretrizes?

1.2 A AMBIÊNCIA RURAL

A ótica com a qual se via o espaço rural, projetando sobre ele uma ideia de representação genuína do Brasil vai, a partir de 1920, ganhar força entre intelectuais e pensadores e culminar em uma teoria denominada ruralismo pedagógico. Em suma, essa corrente vai ser marcada pela preocupação com os rumos da população rural, direcionando-a para a elaboração de propostas que viessem de encontro à educação e ao trabalho no campo. Esse tipo específico de educação vai buscar beneficiar o contingente populacional que vivia no campo.

Bezerra Neto (2003), autor que debate as proposições inerentes ao ruralismo pedagógico, defende que essa corrente objetivava formas de ação pedagógica que viessem a remediar aquilo que era tido como grande ameaça ao campo: o êxodo rural. Combater essa questão requeria condutas educacionais que adequassem a

pedagogia para a realidade específica da vida no campo e a mantivesse ligada ao mundo do trabalho.

A respeito dessa corrente em confronto ao ideário citadino, Nagle (1974, p. 26) infere que a ideologia ruralista:

[..] representava um ponto de vista anti-urbano. Fundamentando-se na exaltação das vantagens “naturais” da vida rural, difunde uma atitude pessimista, que encobre interesses contrariados pelo meio citadino. Este é acusado de artificial, destruidor da solidariedade “natural” do homem. Por isso, o urbanismo é tido como um processo de degeneração e desintegração social; com ele se inicia o declínio da civilização

Esse é o cenário teórico que perpassa a produção dos Boletins. Assim, busca-se analisar, de forma a alcançar os objetivos propostos a segunda seção que compõe os Boletins, a seção Vida Rural, mais especificadamente, a subseção intitulada Problemas e Aspectos da Ambiência Rural. O objetivo dessa subseção era dar voz aos professores atuantes do meio rural para que os mesmos apontassem as problemáticas e as potencialidades do seu ofício. Esse subcapítulo irá se debruçar, então, sobre essas vozes para tentar compreender de que formas o meio rural e a educação rural eram vistos e entendidos pelos professores e, assim, reproduzidos nas publicações da Superintendência do Ensino Rural.

A edição de Abril a Maio de 1954 traz um pequeno artigo intitulado Aspecto Pedagógico da Zona Rural, escrito por um professor rural de nome Lauro Kolky. Na qual professor defende a importância do ensino rural enquanto um fator que deveria ser encarado com seriedade e intensidade, para que o homem do campo não o abandonasse, seduzido pelos encantos ilusórios das cidades.

Essa preocupação, instituída pelo Boletim Abril a Maio de 1954, pautava-se na imigração de agricultores para os grandes centros urbanos que, para a agricultura, era calamitosa. A falta de trabalhadores nas lavouras tornaria a colheita dispendiosa, o que provocaria o encarecimento dos produtos produzidos no campo levando, então, ao sofrimento o mercado consumidor.

O Boletim aponta para a dificuldade em convencer um colono a não ir para a cidade, dizendo que a crença de um salário melhor e em diversões que agradariam a sua vida é difícil de ser quebrada. Nesse sentido, se fazia extremamente necessário a criação de uma mentalidade rural, essa, construída através do ensino

no campo. O caminho mais seguro, escreve Lauro Kolky, seria instruir as crianças, fomentando seu apego pela terra onde nasceu e onde deveria produzir. Ainda de acordo com Lauro Kolky (1954, p. 63):

As escolas rurais devem dar ensinamentos aos alunos, condizentes com o ambiente, exaltadores dos trabalhos rurais e devem, também, convencer o coloninho que é possível, em sua terra, ter todo o conforto de uma cidade, com a vantagem de ter uma vida mais sadia, mais livre, mais independente.

Através desse ideário de desenvolvimento de um amor pela terra, as instruções escolares deveriam ser acompanhadas de práticas de plantio, de adubamento e de outros ensinamentos que tivessem fins estimuladores. O gosto pela instrução agrícola proveniente dessas práticas estimularia, em tese, ao educandário a abraçar carreiras agrícolas que os tornassem, futuramente, propagadores da agricultura.

A preocupação com o perfil dos professores que deveriam lecionar nas instituições de ensino rural aparece no escrito de Lauro Kolky. Segundo ele, a maioria desses profissionais possuía aversão à zona rural, preferindo atuar nas grandes cidades. Por essa razão, os professores escolhidos deveriam manifestar afinidade pelos aspectos da vida rural, sentindo a importância desse meio para o futuro do país (KOLKY, 1954). Buscar esses professores era um passo importante para que:

[...] a criança do campo ou da colônia, o futuro camponês ou colono, educado, forte, rígido, consciente dos fenômenos circundantes, represente poderosíssima alavanca ao progresso do nosso querido Brasil que tão ardentemente desejamos se torne um país poderoso, forte e independente (KOLKY, 1954, p. 64)

Essas falas demonstram o quanto à educação rural era visada como o instrumento mais acertado para garantir, mesmo que a longo prazo, a fixação do homem à terra. Além disso, a permanência do homem no campo assume uma importância ainda maior quando considerado o futuro do progresso do Brasil.

O Boletim de Junho a Agosto de 1954 traz a escrita de uma professora rural de nome Alzira Fonseca Magalhães. A professora aprofunda sua análise, apontando que sua missão enquanto profissional, por estar inserida no meio rural, vai além da sala de aula. Em suas palavras: “A professora rural não pode limitar-se ao domínio das letras, sua missão vai além! Tem de influenciar na moral, na saúde e, para

melhor dizer, na própria civilização do meio que lhe é confiado” (MAGALHÃES, 1954, p. 166).

Essa professora defende que a zona rural possuía muitas vantagens, mas, em contrapartida, vivia na ignorância. Esse seria, para ela, o grande problema encontrado no meio rural para aqueles que viessem lecionar nessas localidades. Alzira Magalhães, ainda acerca das funções de uma educadora do meio rural, discorre que:

A professora rural não deve ser apenas a professora da zona onde se encontra; ela tem forçosamente de ser ainda a conselheira das famílias, cujos filhos lhe são confiados, tem de ser uma boa amiga que lhes aponte suavemente os erros, mostrando-lhes, com carinho e superioridade, os novos horizontes que se descortinam a essas gerações [...] (MAGALHÃES, 1954, p. 167)

Aqui, percebe-se uma inquietação da professora Alzira Magalhães com relação ao seu trabalho que, de acordo com o documento, não era uma inquietação exclusiva, mas sim inerente a todas as instituições de ensino rural e aos seus respectivos professores. Por essa razão, configuravam-se como um dos aspectos da ambiência rural. Ao fim, a satisfação do professorado seria ver, ao seu redor, a mocidade que lhes cercava marchando para o progresso, para uma civilização avançada e, então, para uma vida melhor.

A edição de 1954/1955 continua pontuando aspectos a respeito da atuação dos professores nas escolas rurais. Nesse número, há uma tradução de um texto que não tem sua versão original referenciada. Nela, está assinalado que a instituição de ensino rural precisaria encontrar formas modernas e variadas de ensinar, trazendo a comunidade para dentro dos debates, discutindo problemas e potencialidades. Só assim, de acordo com o texto, a escola cumpriria seu propósito de melhorar o meio rural.

Para alcançar esse objetivo, o professor é, mais uma vez, visado:

Para realizar todo esse trabalho, o professor tem de ampliar seus horizontes, seus objetivos, seus conhecimentos e sua capacidade. Deverá familiarizar-se com todos os conhecimentos novos. Compreender que a ação da escola não deve limitar-se somente à sala de aula, mas que deve passar à horta escolar e ao lar, projetando-se até a comunidade (FILHO, 1954, p. 251. Tradução adaptada)

Através desses princípios, os professores necessitavam compreender que as disciplinas e atividades escolares não deveriam funcionar de forma dispersa e desarticulada, mas, sim, formar e funcionar como um só corpo.

Na sequência, os escritos do Boletim 1954/1955, trazidos pela professora rural Eleonora Heim, caracterizam alguns dos problemas encontrados em sala de aula. Dentre esses, a infrequência, indisciplina, e, segundo a professora, o pior dos problemas: o cultivo do terreno da escola.

Aqui percebe-se a importância dada para as atividades que envolviam o ambiente rural. De acordo com Eleonora Heim, a infrequência e a indisciplina poderiam ser vencidas de uma forma branda, por meio de bons exemplos. A questão da problemática envolvendo o cultivo do terreno, por outro lado, precisaria de uma rede de cooperação para ser combatida. Nas palavras da professora:

Antes de lançar mão ao cultivo do terreno, deverá o mesmo estar cercado, isto para evitar que as culturas sejam estragadas pelos animais soltos. Deverá ser realizado o cultivo do terreno com o auxílio dos pais dos alunos, criando-se antes do cultivo, o "Circulo de Pais e Mestres", caso ainda não exista. Deverá haver mútua compreensão entre o mestre e os pais, afim de que se obtenha dos mesmos, a máxima colaboração desejada (HEIM, 1954/1955, p. 255)

A transferência de certas responsabilidades aos pais e mestres dos alunos é posta, mais uma vez, na citação acima. Torna-se cada vez mais palpável a cooperação que deveria existir entre as instituições de ensino rural e a comunidade onde as mesmas estavam inseridas, cooperação essa visada e incentivada pela Superintendência do Ensino Rural.

O Boletim de outubro de 1956, no que tange aos aspectos do meio rural, vai aprofundar o debate a respeito do papel das instituições rurais. Aqui, as escolas são reconhecidas como um meio para dinamização e desenvolvimento, tanto cultural quanto econômico.

Conforme a professora rural Diamantina Costa Conceição, quanto maior o número de escolas rurais, melhor seria a o padrão de vida da população rural. Entretanto, levantar essas construções não era o suficiente para realizar uma intervenção positiva e verdadeira no meio rural, não se os professores que viessem atuar nessas instituições possuíssem, em suas práticas, uma mentalidade urbana. A função específica da escola rural, segundo a autora, era:

[...] dar aos alunos uma exata compreensão do que é a vida rural, de formar neles uma mentalidade de que compreende essa vida, de despertar e de desenvolver um espírito de inteligente e voluntária cooperação, promover e colaborar na organização das atividades da comunidade e dar a necessária preparação às matérias básicas, sociais e vocacionais (CONCEIÇÃO, 1956, p. 304)

O currículo dessas instituições deveria abarcar as disciplinas existentes nas escolas urbanas, no entanto, deveria possuir, também, matérias e práticas que eram essenciais para a vivência no campo. Para tanto, era necessária uma preparação especial voltada para os professores, para que os mesmos, como já enunciado, reconhecessem as vantagens da vida rural e então as transmitissem aos alunos.

Já no Boletim de 1956, no seu decorrer, encontra-se outro texto, escrito por J.F Sá Teles e voltado para aquilo que seriam os principais problemas encontrados no sistema da educação rural. Esse autor corrobora com ideias que já apareceram nos outros Boletins, de que as instituições de educação rural possuíam uma missão educativa que precisava ir além da sala de aula; deveria, também, penetrar na comunidade e no âmago das próprias famílias. Em suas palavras:

A escola rural visa a dar aos educandos oportunidades para um legítimo desenvolvimento social e pessoal. Atua com a família rural, auxiliando-a em sua função educativa sobre a infância e adolescência. Mas não se limita, em sua função, apenas a este papel cooperativo com as famílias em prol da integração, ajustamento e adaptação dos imaturos. Numa ação mais extensa, a escola rural deve influenciar toda a comunidade, melhorando-a e possibilitando-lhe a prática e desenvolvimento de bons hábitos recreativos, sociais, higiênicos, de economia, culturais [...] (TELES, 1956, p. 309)

Para o cumprimento dessa função, a escola necessitava ter pleno conhecimento dos problemas que constituíam sua estrutura.

O primeiro dele refere-se ao prédio escolar. Para o autor, um prédio que estivesse devidamente aparelhado e localizado em uma zona que fosse de fácil acesso para a população a qual a educação se destinava se configurava no primeiro aspecto a ser pensado dentro da ambiência rural. Indo além, o autor afirma que a escola rural não era apenas o seu prédio, mas também “seu espírito, pela identificação com o meio, pelo seu professor, seu currículo, seus objetivos [...]” (TELES, 1964, p. 311).

O segundo apontamento feito por Teles (1956) diz respeito aos professores rurais. Como já inferido em outros momentos dessa escrita, havia uma preocupação voltada para a formação dos professores que viriam a atuar nas instituições de ensino rural, pois os mesmos deveriam entender e reconhecer os aspectos que

compunham esse meio para, então, somá-los as suas práticas e transmiti-los aos alunos. A respeito disso, o autor infere:

[...] devem-se prever do educador rural além do preparo básico, certas qualidades de liderança e de amor ao meio rural, um aprofundado sentido social e humano da sua função, certa radicação à localidade e vocação pelo magistério, para que as funções essenciais que se espera da escola em benefício da comunidade sejam, realmente, cumpridas (TELES, 1956, p. 313)

Na sequência, o autor discorre sobre a função educativa inerente as escolas rurais, assinalando que a integração social dos sujeitos, as funções econômicas, sanitárias e agrícolas eram, também, funções atribuídas às instituições educativas. Teles (1956) defende que essas atividades aproximariam a escola da comunidade e canalizariam, para ela, toda a cooperação possível das famílias.

Por fim, J.F Teles emite a importância de haver um entrosamento da escola rural com os demais serviços públicos visando o benefício das populações rurais. Dessa forma, no contexto da ambiência rural, era possível a criação de uma escola que fosse elemento da comunidade, elemento pertencente, atuante, e, sobretudo, um elemento de mudança.

O Boletim da Educação Rural do ano de 1957 não traz, em seus escritos, aspectos muito diferentes daquilo que já foi visto. A preocupação com a formação dos professores é posta mais uma vez e discursos voltados para a economia do meio rural aparecem mais do que aqueles voltados para questões educacionais.

Torna-se perceptível que havia um olhar muito cuidadoso voltado para o meio rural, olhar este que explorava problemas e potencialidades. Os discursos vigentes nos Boletins apontam o meio rural como uma zona que necessitava, com certa urgência, de uma educação específica. A ignorância que os escritos pontuam e que era pertinente a população do campo precisava ser abatida pelo fomento da educação; essa, visava, sobretudo, alcançar às crianças objetivando uma ação a longo prazo, pois seriam elas incumbidas da permanência no meio rural e da apropriação desse mesmo espaço. Mais uma vez, o Brasil da década de 1950, mesmo que passando por um aumento cada vez mais efetivo do êxodo rural, continuava tendo uma população majoritariamente camponesa.

Em conclusão, esse primeiro capítulo buscou dissertar acerca dos apontamentos sobre o meio rural presentes em escritos de professores rurais publicados nos boletins. Torna-se perceptível que as preocupações voltadas para os

ditos problemas e aspectos desse meio eram direcionadas aos professores das zonas rurais, cabendo a eles lidar com essas particularidades dentro do exercício das suas práticas. A Superintendência do Ensino Rural, enquanto órgão responsável pela produção dos boletins, utilizou-se dos discursos desses mesmos professores presentes e atuantes nas instituições da zona rural para legitimar, em seus impressos, as perspectivas sobre o trabalho pedagógico a ser realizado em escolas rurais.

O capítulo seguinte irá ocupar-se, num primeiro momento, sobre a seção Educação dos boletins e, num segundo, voltará para a seção Vida Rural. Ainda valendo-se dos escritos dos professores rurais, objetiva-se compreender como se davam os diálogos entre a Superintendência do Ensino e as instituições propriamente ditas, buscando contemplar direcionamentos de instrução e de representações, tanto discentes quanto docentes.

3. PRÁTICAS NORTEADORAS: OS DISCURSOS DE INSTRUÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCENTES E DISCENTES

Para esse capítulo, escolheu-se trabalhar com duas subseções. A primeira, pertencente a grande seção Educação e é denominada Atividade Própria do Professor, objetiva projetar certos discursos de instrução aos professores e, por vezes, fomentar um espaço de diálogo entre esses profissionais e a Superintendência do Ensino Rural. O objetivo do trabalho com essa subseção será entender que discursos de instrução eram esses e de que forma os professores os absorviam em sua prática docente. Além disso, o capítulo buscará também compreender esse espaço de diálogo entre professores e Superintendência sempre olhando para os escritos dos professores rurais, sendo eles sugestões de trabalhos a serem realizados ou não.

A segunda subseção em análise pertence a grande seção Vida Rural e é denominada Grêmios para Menores. Nela, os discursos de instrução voltaram-se exclusivamente para o aluno na tentativa de aproxima-los da escola e do meio rural através de atividades específicas. Destacar essa subseção tem por objetivo entender como se davam essas relações olhando, também, para a fala dos professores rurais através de seus textos.

No capítulo anterior, viu-se a escrita de alguns professores frente aos ditos problemas e potencialidades encontrados em relação a atuação docente nas zonas rurais. No Boletim de março de 1954, na subseção Atividade Própria do Professor, encontra-se referência ao estímulo, realizado pela Superintendência, para a produção dessas escritas por parte dos professores. Neste texto, Intitulado Colaborações e escrito por um autor de iniciais K.W, o objetivo é destacar o desejo da Superintendência em receber contribuições escritas que viessem a trazer notícias, comunicações e informações relativas as diversas facetas da vida escolar. Esse movimento, de acordo com a Superintendência, permitiria uma troca de ideias entre os profissionais da educação de forma a promover o progresso das escolas rurais, além de combater a ideia do isolamento tanto dos professores quanto das próprias instituições. Como uma forma de agradecimento e na tentativa de socializar ideias, a Superintendência se comprometia a destacar, devidamente, cada um dos escritos recebidos por meio da publicação desses mesmos dentro dos boletins.

Neste mesmo texto, K.W. direciona sua escrita para a preocupação que a Superintendência possuía em aprimorar os boletins. Nesse sentido, o autor instigava a crítica construtiva por parte dos leitores para que essa melhora qualitativa fosse atingida.

Ainda no boletim Março de 1954, Juvenal José Pinto, Superintendente do Ensino Rural da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul em exercício no ano de 1954, assume a escrita final da subseção Atividade Própria do Professor. O Superintendente, nesse espaço, anuncia a intenção de estabelecer uma nova subseção intitulada O Professor Rural Pergunta – A Superintendência Responde. O objetivo dessa subseção seria o de estabelecer um ambiente de diálogo entre professores rurais e Superintendência, ambiente este que deveria “esclarecer assuntos obscuros, eliminar dúvidas [...], manter um contato direto e contínuo entre o professorado rural e a Secretaria de Educação e Cultura” (PINTO, 1954, p. 35). No trabalho com os demais Boletins, verificou-se que essa subseção não tornou-se uma publicação efetiva, aparecendo somente no Boletim de 1958.

Na publicação referente a Abril e Maio ainda de 1954 aparece apenas o estímulo, para a produção de textos pelos professores rurais, que viessem a apresentar as tarefas com maior grau de dificuldade referentes ao ensino nas zonas rurais. A promessa se mantinha a mesma: os textos receberiam um espaço de publicação nos próximos boletins.

Ainda em 1954, na publicação de Junho e Agosto, o Atividades Próprias do Professor recebe um maior espaço de escrita. No começo do quadro, Ruth Ivoty Torres², nomeada como Técnica em Educação, produz um artigo denominado Sugestões para Desenvolvimento na Escola Isolada. Nessa escrita, a autora reflete a respeito das escolas rurais que, em seu entendimento, tratavam-se de escolas isoladas. O texto pontua a importância de projetos que fossem direcionados para a especificidade das instituições do meio rural. A primeira sugestão vem ao encontro da preocupação que já era pertinente a essas escolas, conforme já destacado anteriormente: a necessidade de promover o reconhecimento e a vinculação dos estudantes ao meio rural, via escola. Nesse sentido, Ruth Ivoty Torres propõe a

² Nascida em São Borja, Rio Grande do Sul. Foi professora, autora de livros didáticos e colaboradora em diversos periódicos. Atuou de forma intensa em prol da Educação Rural, trabalhando na Superintendência de Ensino Rural do estado do Rio Grande do Sul, escrevendo e publicando em periódicos e boletins. Para mais informações, ver Fraga (2017).

criação de uma horta escolar onde o professor orientaria as diversas etapas do trabalho apresentando-as através de situações-problemas. O professor rural deveria encarregar-se de toda a organização do trabalho, dividindo as tarefas por nível de ensino de maneira a envolver todas as turmas da escola. Além disso, deveria motivar os alunos a participarem do projeto, reconhecendo sua importância e estando devidamente preparado para a resolução de problemas quando esses viessem a aparecer. Sua orientação, portanto, visava o professor em um primeiro momento, devendo ele estabelecer o projeto mostrando como o mesmo funcionaria e, em um segundo momento, os alunos entrariam como protagonistas, devendo assumir suas funcionalidades.

Esse mesmo boletim chama a atenção, ainda, para pequenos atos realizados pelas crianças das instituições de ensino rural e que, segundo o professor rural Osmar I. da Silva, em sua escrita para a subseção Atividade Própria do Professor, possuíam extrema importância para o desenvolvimento das mesmas. Como exemplo, esse professor se utiliza da questão das flores na escola, que sempre chamavam a atenção dos alunos, as utilizando em brincadeiras ou então como presentes para amigos e também professores. O professor defende que esse ato, tido como simples, possui:

[...] magestosa objetividade científica e de incomparável valor social para um educador, pois é justamente por inúmeros atos dessa natureza, que a criança vai desenrolando o cenário de sua vida psíquica, construindo um alicerce seguro, para sustentar o grande e magestoso edifício de sua personalidade [...] (SILVA, 1954, p. 224)

O autor defende sua teoria dizendo que atitudes como essas formam o sentimento de solidariedade humana. A flor, para esse professor, tinha por objetivo ornamentar os “esperançosos corações infantis” (OSMAR, 1954). Essa questão demonstra o grau de cuidado que os professores deveriam possuir com os alunos e seus atos pois esses pequenos movimentos poderiam representar questões mais profundas do que, à primeira vista, de fato seriam.

O Boletim de 1954/1955, por sua vez, apresenta dois pequenos artigos a respeito de como seriam as atividades nas instituições de ensino rural em dias de chuva. O primeiro deles, escrito novamente pela professora rural Eleonora Heim para a subseção Atividade Própria do Professor, tenciona orientar algumas atividades a serem desenvolvidas nesses dias específicos. A professora orienta a criação de uma

história que poderia ser interpretada oralmente e depois por escrito e que essa deveria estar de acordo com a maturidade dos educandos. Os dias de chuva poderiam ser aproveitados, também, para a realização de trabalhos manuais. Os meninos poderiam confeccionar instrumentos em miniatura de uso agrícola, como arados, ancinhos, pás, enxadas, serras e outros (HEIM, 1954). As meninas, por sua vez, poderiam tecer bordados e lencinhos. O professor poderia orientar, ainda, a criação de álbuns de classe, traçar o plano de uma horta ou um jardim (HEIM, 1954). A professora encerra seu texto enfatizando que o número de atividades passíveis de serem realizadas em dias de chuva dependia da imaginação de cada professor.

O segundo artigo referente a essa mesma questão, escrito pelo professor rural Alfredo Eduardo Szinvelski, apresenta um relato de experiência desse mesmo professor. Segundo ele, os dias de chuva diminuía grandemente a frequência diária pelas dificuldades referentes ao acesso à escola. Essa questão suscitava, então, uma dinâmica diferenciada. O professor relata que dividia os alunos que compareciam em grupos conforme seus interesses e, a partir disso, movimentava a realização de diversos trabalhos práticos. As meninas aproveitavam para realizar a manutenção dos canteiros de flores plantando novas mudas. Os meninos realizavam uma verificação dos prejuízos trazidos pela chuva, realizando novas plantações para impedir as correntes causadoras de erosão. Em conjunto, tanto meninos quanto meninas se debruçavam sobre a horta escolar, trabalhando em melhorias necessárias. O professor Alfredo Eduardo Szinvelski encerra seu escrito dizendo que "os dias de chuva, numa escola rural bem organizada, dão ensejo para muitas atividades úteis à vida da criança" (1954-1955, p. 228).

Em primeira análise, faz-se nítido o estranhamento com relação ao trabalho na horta escolar em dias de chuva. Talvez o professor Szinvelski tenha sugerido que essa era uma possibilidade de trabalho quando do término da chuva. Mesmo assim, a ideia não parece fazer muito sentido uma vez que dias chuvosos tendem a dificultar trabalhos práticos, especialmente aqueles que envolvem o manuseio da terra, mesmo após o término da chuva. Outra marca bastante evidente nessas escritas é a questão do gênero nas propostas de atividades. No primeiro artigo, da professora rural Eleonora Heim, as atividades aparecem divididas de formas bastante nítidas de acordo com o sexo, uma vez que meninas trabalhariam com bordados e, os meninos, com confecção de instrumentos. No segundo artigo, escrito

pelo professor rural Alfredo Eduardo Szinvelski, a separação por gênero também aparece. Guacira Lopes Louro (1997), a respeito dos caminhos que promovem esse tipo de separação (e ainda outros) infere que:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe - são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, são produtores (p. 64)

Esses direcionamentos dados as atividades expressam uma relação fixadora de diferenças, nesse caso, as de gênero. Questões a esse respeito evidenciam um aspecto cultural bastante discutido nos estudos sobre cultura escolar³.

A publicação referente aos anos 1954/1955 dos boletins dão seguimento ao que se refere a subseção Atividades Próprias do Professor. Nessa edição, o CPOE lança algumas orientações referentes ao desenvolvimento de um programa de Estudos Naturais. A progressão para este programa estaria pautada, naturalmente, nas questões referentes ao meio rural. Para tanto, era preciso que os alunos possuíssem o conhecimento prático das condições que uma planta necessita para sobreviver. Através dessa perspectiva, o boletim pontua o processo a ser seguido, iniciando pelas necessidades das plantas, pela importância da horta e inferindo alguns experimentos a serem realizados com algumas sementes para construir conhecimentos a respeito da importância em se regar as plantas, por exemplo. Alguns aspectos pedagógicos também aparecem, como entender a utilização de uma planta como o feijão, conhecer alguns tipos diferentes e, inclusive, sua história. Esses estudos e experimentos deveriam ser orientados pelo professor rural que, por sua vez, teria o encargo de fazê-las construir pequenas conclusões a respeito de cada um dos processos, anotando-as em um caderno. O professor deveria, ainda, desenvolver nas crianças o interesse pelo conhecimento de outras plantas. A ligação entre educação e trabalho aparece, no programa de Estudos Naturais, de forma bastante concreta, uma vez que os conhecimentos adquiridos a partir desses estudos trariam muita influência para o trabalho com o campo em si uma vez que esperava-se que esses alunos assumissem, futuramente, o espaço do campo enquanto profissionais.

³ A respeito da cultura escolar, ver Julia (1995)

A escrita que se segue, mais uma vez sob autoria da professora rural Ruth Ivoty Torres da Silva, destoa daquilo que, até então, estava sendo apresentado pela subseção Atividade Própria do Professor. A professora direciona sua escrita para a importância de um jornal estudantil. Esse movimento, que configura um salto entre assuntos saindo da criação de um programa de estudos naturais e chegando na importância de um jornal estudantil demonstram a falta de um enfoque específico para os textos veiculados.

A respeito da importância desse jornal, Ruth Ivoty Torres da Silva infere que:

Entre as publicações escolares é o jornal a mais interessante. Representa um considerável auxílio no setor das atividades extracurriculares como excelente meio para difundir notícias, animar competições, transmitir idéias e conhecimentos (SILVA, 1954/1955, p. 299)

Dentre os muitos valores educativos visualizados pela professora, um jornal poderia proporcionar maior conhecimento a compreensão a respeito da escola além de estabelecer possibilidades de intercâmbio interescolar. Ruth Ivoty Torres Silva aponta os objetivos do jornal, a saber:

Desenvolver a linguagem, o gosto literário e o amor à língua pátria, bem como o espírito de iniciativa, o senso de responsabilidade, a capacidade de crítica, o hábito do trabalho em colaboração e o poder criador, além de ser um meio de expansão das opiniões dos alunos. Visa ainda estreitar os laços de solidariedade entre os escolares, pela divulgação das atividades nas diferentes classes, bem como das campanhas realizadas na escola, socializando-a (1954/1955, p. 299)

Assim, compreende-se que os objetivos do jornal visavam um alcance duplo. Em primeiro lugar, o trabalho deveria somar para o desenvolvimento pessoal de cada educando, desenvolvendo sua linguagem, seu gosto literário e seu amor pela língua portuguesa, que, para os boletins, era um dos representantes da ideia de pátria. Além disso, o espírito de iniciativa também seria desenvolvido, junto do senso de responsabilidade, de capacidade crítica, criação de hábitos de trabalho em grupo além de o jornal ser um meio onde os alunos expressariam suas opiniões. O segundo objetivo visualizado a partir do trabalho com o jornal seria entrosar os educandos uns com os outros. Isso aconteceria uma vez que o jornal divulgaria as atividades realizadas entre as diferentes classes assim como as campanhas da própria escola, promovendo uma socialização entre todas essas atividades.

O jornal deveria ser composto por uma série de assuntos variados que, por isso, o tornariam interessante. Além de informativo, o jornal também poderia patrocinar campanhas, tanto as escolares quanto outras, de iniciativas particulares.

As orientações defendidas pela professora dizem respeito, da mesma forma, ao aspecto físico do jornal. Assim, a mesma infere que: “[...] em linhas gerais, o jornal escolar apresentar correção e propriedade de linguagem, boa disposição dos artigos, legibilidade e manter uma porcentagem equilibrada de notícias, literatura, humorismo, anúncios, etc [...]” (SILVA, 1954/1955, p. 299). Outro direcionamento referia-se ao rigor necessário quando da seleção dos materiais. Os alunos deveriam ser a maioria representada, embora professores e outros elementos pudessem se fazer presentes. O jornal, em seu conjunto, deveria ser uma representação da vida da escola (SILVA, 1954/1955).

As atividades de organização do jornal deveriam ser procedidas, naturalmente, por um professor. Entretanto, sua atuação só se daria em um segundo momento, pois o primeiro deveria ser exclusivo do alunado. Os alunos deveriam entender a motivação da criação de um jornal, apropriando-se dela e, então, tomando-a como própria. Só então o professor entraria com suas atividades de orientação, tomando conta das diretrizes necessárias ao andamento do trabalho.

A professora aconselha que as decisões mais específicas, como o nome do jornal, se impresso ou manuscrito, sua tiragem inicial, o intervalo entre suas publicações, deviam ser tomadas em conjunto. Para além dessas, a professora pontua a divisão dos trabalhos de acordo com os cargos: gerência, redação, tipografia. A respeito desses encaminhamentos:

À gerência compete, principalmente, a propaganda do jornal, a expedição (correspondência e arquivo), a cobrança das assinaturas, os anúncios. À seção redatora cabe ordenar, selecionar, corrigir ou revisar o material, inclusive noticiário, reportagens, etc. Compõe-se dos redatores, colaboradores e repórteres. À tipografia compete a impressão, se êsse fôr o caso, a disposição dos artigos nas fôlhas, a escolha dos tipos e dos clichês (SILVA, 1954/1955, p. 300)

Todo o trabalho com o jornal deveria estar articulado com as demais atividades de sala de aula. Percebe-se que o jornal simboliza um dos pontos de representação discente existentes dentro das instituições de ensino rural. A ele eram atribuídas funções de entrosamento dos diversos setores da escola, através da

divulgação de notícias e de socialização desses mesmos. Além disso, esse trabalho é sugerido como uma prática pedagógica para as escolas rurais oferecendo uma possibilidade importante de atuação dos discentes dentro das instituições.

Infelizmente, não há o relato da produção desses jornais nas subseções em análise nessa pesquisa, o que não permite discutir quais teriam sido os limites e as dificuldades da implementação desse projeto.

O quadro Atividade Própria do Professor encerra-se no boletim de 1956. Nessa publicação, há um pequeno artigo escrito por Ovídio Germano Pias Rocha, apresentado como diretor de um Grupo Escolar Rural, onde o autor defende a importância do folclore riograndense. Aponta que o dever do professor rural seria o de coletar as tradições do lugar onde o mesmo estivesse inserido a fim de enriquecer ainda mais o que o autor chama de Bibliografia Rio-grandense. O discurso, apoiado na importância em se conservar o cultivar a beleza desse folclore estava imbuído de um aspecto já visto em outras falas: operar como um antídoto para aqueles que procuravam evadir para os grandes centros urbanos. Percebe-se que essa preocupação, indiferente do assunto que estivesse em pauta, se fazia sempre presente.

1.3 REPRESENTAÇÃO DISCENTE EM FOCO: OS GRÊMIOS PARA MENORES

No texto anterior apresentou-se alguns aspectos de orientação voltada para os discentes das instituições de ensino rural através da criação de um jornal estudantil. Naquilo que compõe o corpo desses mesmos boletins, existe uma subseção destinada aos professores com o objetivo de tecer estratégias para que esses buscassem desenvolver meios de socialização dos alunos nas e a partir das instituições de ensino rural.

Pertencente a seção Vida Rural, a subseção Grêmios para Menores tencionava estabelecer alguns espaços de representação discente dentro das instituições de ensino rural por meio da criação de alguns departamentos. Esse subcapítulo dedicar-se-á a compreender como se davam esses espaços de discussões dentro dos boletins.

O boletim Abril a Maio de 1954 que, pelo levantamento realizado fora possivelmente o primeiro a ser publicado, apresenta, na subseção Grêmios para Menores, os Clubes Agrícolas Escolares, uma espécie de Grêmio Estudantil exclusivo das escolas rurais que, em tese, deveriam constituir um meio que viesse a despertar o interesse e o entusiasmo do alunado pelas atividades do campo, construindo condições para a promoção da educação da infância nas zonas rurais.

Orientava-se a criação dos Clubes Agrícolas Escolares em todas as instituições rurais. Os aspectos funcionais dessas entidades, instituídos pelo documento, seriam:

O trabalho em coperação, reprimindo o individualismo em benefício dos interesses do grupo, o estímulo do raciocínio e à iniciativa, o desenvolvimento do senso de responsabilidade e da boa vontade, o ambiente tão cheio de interesse, no qual o aluno-sócio é o elemento ativo por excelência (Boletim do Ensino Rural, 1954, p. 78)

A socialização da criança, em meio aos Clubes Agrícolas Escolares, era entendida como o imperativo mais urgente. Da mesma forma, a criação de hábitos de trabalho e atitudes que os levassem a compreender o valor social e econômico do meio agrícola eram vistos com a mesma preocupação. As finalidades dos Clubes, seriam, então:

Ensinar técnicas para o domínio da natureza e a exploração dos produtos regionais;
Demonstrar as vantagens do emprêgo de métodos agrícolas racionais;
Combater as práticas rotineiras e os flagelos rurais;
Formar hábitos de economia;
Trabalhar pelo reflorestamento;
Implantar corretos hábitos alimentares, como base de boa saúde;
Desenvolver o espírito de coperação;
Nobilitar o trabalho manual e as profissões rurais (Boletim do Ensino Rural, 1954, p. 78)

Essas finalidades sinalizam a preocupação em envolver os discentes em atividades mais concretas do meio rural. O documento transcreve uma escrita advinda de uma outra publicação nomeada Seleções Agrícolas. Nela, aparecem algumas possibilidades de resultados a serem alcançados a partir da atuação dos Clubes, resultados esses visualizados em outros lugares do Brasil. A destruição de pragas das hortas e lavouras, a distribuição de alimentos frescos e gratuitos e a difusão da prática da horticultura são alguns exemplos. Entende-se que existia, em algum grau, certa articulação entre as instituições rurais presentes em outros lugares

do Brasil. O fato de existirem resultados alcançados por clubes agrícolas sendo socializados dentro de uma publicação exclusiva do Rio Grande do Sul comprovam essa articulação.

A publicação de Junho a Agosto de 1954 apresenta, também, os Clubes Agrícolas Escolares. Aqui, suas finalidades são expostas como puramente ruralistas e pontua-se sua importância para o auxílio das atividades concretas prestadas as matérias do currículo escolar. Dessa vez, o documento apresenta 20 finalidades a serem cumpridas pelas Clubes Agrícolas Escolares, dessas, chama-se a atenção para cinco, a saber:

- 1) Inculcir na consciência de seus sócios o amor à terra, o sentimento da nobreza das atividades agrícolas e a idéia do seu valor econômico e patriótico;
- 3) Mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos;
- 6) Suscitar, no espírito dos sócios, especialmente meninas, a verdadeira significação da palavra "lar";
- 9) Fazer a propaganda no meio rural, da vivenda bonita, confortável, alegre e higiênica, ensinando os sócios a achar belas a ordem e a limpeza;
- 18) Organizar uma biblioteca e um museu; (Boletim do Ensino Rural, 1954)

Essas finalidades atestam que os Clubes Agrícolas Escolares, além de contribuírem para a formação de um espaço de atuação do alunado, também serviam para corroborar com as preocupações inerentes ao meio rural e difundidas pela Superintendência do Ensino Rural, como o amor pela terra, a preocupação com as atividades agrícolas e o perigo representado pelo abandonado do campo. Para tanto, os Clubes Agrícolas Escolares também eram imbuídos de difundir as vantagens da vivência no meio rural, chamando a atenção do alunado para o cuidado com a ordem desse meio. Além de apresentar as finalidades, o documento institui as formas de organização de um Clube Agrícola. Naturalmente, um professor rural assumiria o comando da criação dos clubes. O profissional deveria explicar aos alunos o que é um Clube Agrícola e quais seriam suas finalidades. O professor atuaria como orientador dos trabalhos e contaria com três membros eleitos entre os alunos, sendo eles o Presidente, Secretário, Tesoureiro e ainda alguns zeladores, quantos fossem necessários. A eleição para escolha dos alunos deveria respeitar uma série de qualidades referentes a cada cargo. O voto seria secreto e obedeceria às normas da Lei do Eleitorado do País. Findado esse momento, a posse seria o próximo passo, onde as funções de cada membro e suas finalidades seriam explicitadas. Ao final de todo esse processo, o documento indica que os trabalhos

poderiam, então, ser iniciados. As orientações para criação e funcionamento desses clubes aparecem, nessa edição dos boletins, pela última vez. Os dados referentes a criação desses clubes permitem visualizar uma burocracia bastante acentuada, uma vez que deveriam ocorrer eleições entre os alunos para a escolha de cada cargo, seguindo às normas eleitorais do Brasil. Esses mesmos cargos, ainda, parecem ter direcionado a atuação de cada aluno dentro dos Clubes a partir do momento que os mesmos os assumiam.

A subseção Grêmio para Menores, no Boletim de 1954/1955, inicia com a escrita de um - acredita-se - professor rural de nome Roberval Cardoso. O autor inicia seu escrito problematizando as funções de um professor rural, defendendo que educação não é unicamente instrução. Nesse sentido, o professor apresenta uma nova forma de um Grêmio para o meio rural, ou seja, um Clube de Saúde. Os Clubes de Saúde seriam associações idealizadas e trazidas para a prática pelo Serviço Especial de Saúde Pública, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Os Clubes de Saúde possuíam um estatuto que apontava suas finalidades, a saber:

Estimular o conhecimento e a prática dos hábitos de higiene;
Criar o necessário interesse por tudo o que diz respeito à saúde do indivíduo e da coletividade;
Incentivar a cooperação, visando criar o espírito coletivo indispensável à solução dos problemas da comunidade;
Estimular a educação moral e cívica;
Criar nas novas gerações a necessária noção de responsabilidade nos seus trabalhadores (Boletim do Ensino Rural, 1954/55, p. 242)

O objetivo do Clube de Saúde era, portanto, fazer com que as crianças e os adolescentes compreendessem problemas de saúde individual, da sua casa e da comunidade rural na qual estavam inseridos. Outrossim, procurariam formar uma consciência coletiva que instrísse e educasse pela prática do aprender fazendo (CARDOSO, 1954/1955).

A organização do Clube seria comandada por um professor rural, um médico sanitaria ou uma nutricionista. Esses seriam os responsáveis por informar as finalidades desse Clube e também convidarem os alunos a inscreverem-se em uma lista de sócios. Não se fazia necessária nenhuma contribuição monetária e quando a lista de sócios atingisse 20 inscrições a eleição para a Diretoria poderia ser articulada. A diretoria seria composta pelos cargos de Presidente, Vice-presidente,

Secretário, Tesoureiro e Bibliotecário. Os estatutos precisavam ser lidos e aprovados pelos membros.

Das formas de atuação por parte dos discentes, havia a possibilidade de criação do Pelotão de Saúde. Esses pelotões seriam constituídos de 3 a 4 alunos que estariam incumbidos de "manter a higiene do estabelecimento, conduzir os colegas à prática de limpeza, prestar socorro de urgência e de colaborar em obras sanitárias de interesse geral da comunidade" (CARDOSO, 1954/1955, p. 243).

Os componentes desse pelotão poderiam ser designados pelo próprio professor rural ou até mesmo pelos pais das crianças nos casos em que esse pelotão não tivesse vínculo com um estabelecimento de ensino.

Percebe-se que esse projeto era bastante ambicioso e tinha, em si, um grau de dificuldade bastante alto. A necessidade de envolvimento de diferentes profissionais certamente representava um entrave para a aplicação dessa proposta. Infelizmente, nas subseções estudadas, não há relatos da execução desse projeto o que impede a denúncia dos limites do mesmo.

Ao término dessa questão surge uma nova, desenvolvida por um Orientador de Educação Rural da cidade de Pelotas de nome Pedro Baggio. Em seu escrito, o orientador defende a necessidade da existência da cooperação dentro das instituições de ensino rural. Baseando-se numa perspectiva histórica, evocando a Grécia Antiga e a civilização Asteca, o autor compreende a ação cooperativa em prol de um objetivo comum como primordial para solução de situações problemáticas. O autor concebe como grandiosa uma campanha direcionada para a educação rural no sentido da criação e inclusão de uma disciplina de cooperativismo nos programas de ensino. O autor defende que:

A Escola Rural, no preponderante papel de preparar o homem do campo à vida do meio, arraigando-o assim à luta por uma produção maior, melhor e por um crescente bem estar através do conhecimento e da remoção de tantos problemas situados no campo da economia e da saúde, terá concretizado parte de sua finalidade, se não der aos educandos orientação suficiente, capaz de lhes garantir a coroação dos esforços, a qual se acha na ação conjunta do trabalho, na junção das forças propulsoras, na mediação direta dos negócios, no movimento cooperativo, no cooperativismo (BÁGGIO, 1954/1955, p. 244)

A partir desse escrito, torna-se nítido que a subseção Grêmios para Menores não se configurava unicamente como um espaço voltado para a representação

discente dentro das escolas da zona rural. A inquietação no que tange ao cooperativismo evidencia que essa subseção dos boletins, inserido na seção Vida Rural, também tecia discursos de instrução direcionadas para os programas de ensino e, então, para os próprios professores.

Na edição de outubro de 1956, as primeiras manifestações são de cunho bastante informativo. O primeiro texto explora um pouco da importância das Instituições Escolares, dessa vez como um todo e não somente as de Ensino Rural, mesmo que o autor desse texto seja um professor rural. O autor afirma que basta olhar para a dedicação dos profissionais que compõe uma instituição de ensino para entender sua importância, pois, para ele, os especialistas que as compunham empenhavam-se ao máximo em seus trabalhos, possibilitando um ambiente de máximo proveito. O autor desconsidera, entretanto, questões externas a atuação desses profissionais que, direta ou indiretamente, fomentam dificuldades e entraves a aquilo que uma instituição de ensino se propõe a realizar.

A segunda escrita do boletim de 1956, dentro da subseção Grêmio para Menores, é um anúncio da nova diretoria da Escola Normal Rural de Osorio. A partir daqui a escrita se volta para a criação de uma Biblioteca Escolar Rural.

De autoria do Superintendente do Ensino Rural, Juvenal José Pinto, a Biblioteca Escolar Rural é apresentada como uma das últimas iniciativas de criação dentro das escolas rurais do interior do Rio Grande do Sul. O plano citadino é citado pelo autor como um espaço onde o estudante tem acesso a muitas distrações capazes de preencher seu tempo livre, dentre elas estariam os livros. Nesse sentido, o autor infere que:

[...] com maior razão devem os alunos de nosso meio rural buscar na leitura novas fontes de estímulo e de aprimoramento social, tendo em vista as variadas tarefas que lhes são impostas pelas circunstâncias inerentes ao ambiente em que despertam para a vida (PINTO, 1956, p. 292)

Difundir a leitura na zona rural era visto como um movimento que viria a beneficiar o homem que vivia nestes locais. Além disso, essa iniciativa deveria colaborar com a luta travada contra o êxodo rural uma vez que se configurariam como mais um atrativo dentro do espaço rural. O autor argumenta em favor do significado das bibliotecas, dizendo que: “Salta à vista que, pari-passu ao aperfeiçoamento científico dos nossos métodos de ensino rural, faz-se urgente

complementá-lo com o indispensável lastro intelectual, sem o que a pura ciência de pouco aproveitaria” (PINTO, 1956, p. 292).

Juvenal José Pinto propõe que para o alcance de resultados concretos e objetivos a partir das bibliotecas, estas deveriam obedecer a um duplo critério, a saber:

[...] uma destinada exclusivamente aos professôres, e outra para os escolares. Motivos óbvios o determinam: entre a matéria a ser versada por uns e outros existe em verdade a diferença oriunda da experiência, dos desníveis culturais, da maior ou menor amplitude das respectivas intelectualidades, a assim diversos outros indispreszíveis fatores de ordem pedagógica (PINTO, 1956, p. 292)

Acredita-se que as bibliotecas possuiriam, além de espaços diferenciados, também materiais. Esse projeto de dois espaços expõe, mais uma vez, que a preocupação da Superintendência não estava reservada apenas aos discentes, mas, também e sobretudo, aos professores. A subseção Grêmios para Menores, em primeira instância, deveria oferecer diretrizes voltadas unicamente para os discentes, entretanto, o que se observa, é que esse espaço já recebia direcionamentos a serem apropriados pelos professores. O cerne da preocupação parece estar, direta ou indiretamente, sempre associada a atuação do professorado uma vez que, embora fale sobre espaços destinados aos alunos, as orientações continuavam sendo explicitamente direcionada aos professores.

Pontuadas essas questões, o escrito se direciona para outro projeto visualizado: o Clube Recreativo-Desportivo. A este clube seriam atribuídas atividades cujo caráter fosse semelhante ao visto nos grandes centros urbanos, como danças, música, teatro e desportos em geral. Entretanto, a principal missão desse clube seria a de manter aquilo que era visto como tradição do meio rural. Esse clube, então, teria por finalidade levar:

[...] a infância e a juventude rural à prática das belas e tradicionais festas campesinas, impedindo assim que a alma da Pátria seja estrangulada pelas novidades citadinas, geralmente frutos de influências alienígenas (Boletim do Ensino Rural, 1956, p. 293)

Torna-se difícil inferir alguma análise a respeito do que o documento tencionou induzir com o termo “influências alienígenas”. Talvez a escolha dos termos não tenha sido feita para serem interpretados ao pé da letra, mas sim apenas para explicar que havia um certo estrangeirismo nas novidades citadinas, em comparação

a zona rural. Por outro lado, talvez as invenções do meio citadino fugissem tanto da realidade conhecida e vista no meio rural que só pudessem ser explicadas como sendo de influência alienígena. Indiferente da interpretação, era fato que essas novidades jamais poderiam ganhar espaço no meio rural pois se configurariam em representações dos ideais citadinos, podendo potencializar as questões que chamavam a atenção da população rural no que tange as grandes cidades e, em consequência, potencializar o próprio êxodo rural.

O Clube Recreativo-Desportivo proporcionaria:

[...] a encenação de festas, divertimentos e jogos, que caracterizam ou caracterizavam a região e que se coadunem com as possibilidades físicas dos menores, atendendo sempre ao valor educativo e moral (Boletim do Ensino Rural, 1956, p. 293)

Os jogos não deveriam estar associados somente aos vistos nas cidades, mas difundir e também reviver atividades indígenas ou pioneiras, como vaquejadas, regatas em embarcações típicas, carreiras de cavalos, pescarias, arco e flecha e ainda outras. Além disso, a citação aponta para o cuidado que deveria ser tomado com relação os alunos, devendo as atividades estarem de acordo com as capacidades físicas desses mesmos além de estarem ligadas a valores educativos e morais.

O documento infere que o clube não deveria se preocupar muito com os ditos lançamentos clássicos:

[...] mas praticar um "atletismo de aplicação local", onde se visa desenvolver na criança agilidade própria para as fainas a que estão destinados os sócios, em seu meio, quando crescerem e se incorporarem às fileiras dos agentes da produção regional (Boletim do Ensino Rural, 1956, p. 294)

Aqui percebe-se que o clube também era concebido como uma possibilidade de operar no sentido de capacitar a juventude do meio rural para sua futura atuação enquanto trabalhadores desse meio. O trabalho com esse clube se configurava em uma ação que era, também, concebida a longo prazo. Tentando manter uma organização democrática, aqueles que possuíssem interesse na organização do clube deveriam se reunir e eleger Bibliotecário, Tesoureiro e Diretores, sendo esses diretores sociais, diretor desportivo e diretor teatral. Mais uma vez percebe-se o grau

de burocracia que envolvia as atividades desses clubes. Dessa forma, no boletim de 1956, encera-se a subseção Grêmios para Menores.

Na publicação de 1957, Ovídio Germano Pias Rocha, então diretor do Grupo Escolar Rural de Redentora, assume os escritos da subseção Grêmios para Menores. Em seu texto, nomeado Instituições Escolares, o autor justifica sua escrita dizendo que a mesma viria a colaborar com:

[...] o pensamento voltado para o engrandecimento da nossa terra, tangido pela esperança de despertar nas novas gerações, o amor pelo torrão nativo, pelas tradições, pelo aprimoramento da cultura em geral, pelas realizações sociais da nossa civilização, a fim de proporcionar meios a formação de mentalidades sadias [...] (ROCHA, 1957, p. 257)

O objetivo de Ovídio Germano Pias Rocha seria expor algumas orientações de atividades a serem desenvolvidas pelo professor rural para a criação, instalação e funcionamento de alguns departamentos dentro de uma escola rural. Seriam elas: Biblioteca Escolar, Clube Agrícola, Caixa Escolar, Centro de Pais e Mestres e, por fim, um Cooperativa Escolar. Nesse boletim, o autor discorre, unicamente, sobre a Biblioteca Escolar.

Em primeiro lugar, o autor compreende a importância de uma Biblioteca Escolar para o auxílio do professor em suas atividades educativas. Em segundo, tece algumas ideias de como cria-la.

Em suma, o autor acreditava que o professor deveria solicitar, para as editoras e livrarias de renome do país, uma colaboração nesse sentido. Em suas viagens até Porto Alegre, o professor poderia aproveitar-se de livros em promoção e compra-los com auxílio do saldo presente no Caixa Escolar. Outra ideia era organizar uma campanha de doações para adquirir alguns exemplares com a comunidade. Findado esse primeiro momento, seguem-se as orientações para o segundo: o registro da biblioteca. Esse movimento seria mais burocrático, pois o professor deveria encaminhar um pedido de registro ao Instituto Nacional do Livro, vinculado ao Ministério da Educação. Esse registro abriria portas para uma série de doações que poderiam ser efetuadas pelo próprio Instituto Nacional do Livro e também pela Biblioteca Pública da cidade de Porto Alegre.

Ovídio Germano Pias Rocha encerra essa escrita inferindo que esse caminho levou a criação da Biblioteca Escolar do grupo em que ele atuava como líder, sendo, portanto, para o mesmo, o caminho mais acertado. O autor não pontua, em nenhum

momento, as dificuldades encontradas no processo e, portanto, nenhum caminho para lidar com elas no caso de surgirem imprevistos para o caso de algum outro professor rural se propor a acatar essas ideias na tentativa de criar uma Biblioteca Escolar.

Na sequência, após alguns escritos, o boletim volta a tratar a respeito das bibliotecas, dessa vez apresentando ideias para a criação de uma Biblioteca Ambulante Escolar Rural. Samuel Jose de Souza Filho, responsável pela escrita, discorre a respeito das bibliotecas ambulantes:

Este tipo de biblioteca serve-se de meios de transporte de livros, os mais diversos, algumas, por meio de caminhões (Bibliobus), outras, têm depósitos fixos, cujo acervo é reabastecido ou trocado temporariamente e, ainda, outras servem-se de caixas para fazer o livro chegar ao leitor (1957, p. 261)

Esses são os moldes em que a Biblioteca Ambulante Escolar Rural deveria estar alicerçada. Após apresenta-la, o autor traça seus objetivos, a saber:

Conhecendo os benefícios advindos da organização e funcionamento de uma biblioteca junto às escolas, também, conhecendo a formação psicológica do homem do campo, assim como, seu caráter introspectivo adquirido pelas condições de isolamento em que se desenvolve e vive, tentarei com uma Biblioteca Ambulante Escolar Rural, levar às crianças, professores e demais habitantes do nosso "hinterland", meios, através de livros, que venham suprir a falta de quem esclareça seus problemas, oriente-lhes sobre qualquer assunto de seus interesses e ao mesmo tempo, oferecer-lhes oportunidade de completarem sua formação educacional, comprovadamente escassa (FILHO, 1957, 261)

Essa fala demonstra que Samuel Jose de Souza Filho tomava para si a responsabilidade de criação da Biblioteca Ambulante, acreditando que a mesma era essencial para o meio rural. Acreditava que uma biblioteca nascia das necessidades da própria escola, auxiliando os alunos no cumprimento do programa escolar, ampliando os conhecimentos e atividades ligados a cada um desses, além de preocupar-se com a região. O autor nomeia, ainda, outros 7 objetivos que seriam alcançados a partir da Biblioteca Ambulante Escolar Rural, são eles:

Ampliar os estudos e os meios para enriquecimento cultural;
Fazer a criança conhecer o mundo que o cerca através de boas leituras;
Auxiliar o aluno a descobrir sua vocação, visando a pesquisa e a educação individual;
Desenvolver na criança o hábito da leitura e o uso de livros e biblioteca;

Servir de unificador e de agente social das atividades extra-curriculares;
Ampliar e atualizar os conhecimentos do professor;
Servir como meio de auto-educação aos habitantes da localidade, onde se encontra localizada a Escola Rural (FILHO, 1957, p. 262)

A criação de uma Biblioteca Ambulante para o meio rural representa um projeto bastante audacioso, pois demandava um grande trabalho de organização. O acervo deveria ser pensado para o meio em que viviam seus leitores, atendo-se ao currículo, as dúvidas e a ampliar os conhecimentos que eram usados constantemente no meio rural. O autor atribui aos bibliotecários a incumbência da escolha das obras que seriam usadas e manuseadas pelos alunos. Os leitores deveriam encontrar, nos livros, “3 fontes de luz, que esclareçam suas dúvidas e que abram novos horizontes em seus conhecimentos, não lhes vindo embotar o raciocínio com recalques e nebuloses espirituais” (FILHO, 1957, p. 262). Diferentemente da primeira proposta de criação de uma Biblioteca Rural, essa biblioteca ambulante não demonstrava preocupação em diferenciar seus materiais com relação a alunos e professores. Em seus objetivos, percebe-se que os alunos estavam muito mais em foco do que os professores em si.

No que tange ao acervo, esse deveria corroborar com o interesse dos autores, devendo conter obras que oferecessem cultura e conhecimentos. Em linhas gerais, o acervo da Biblioteca Ambulante deveria constituir:

- 1) livros para consultas gerais: dicionários, dicionários enciclopédicos, etc.;
- 2) livros que venham ampliar os conhecimentos do currículo escolar;
- 3) livros técnicos pedagógicos;
- 4) livros técnicos sobre agricultura e pecuária;
- 5) 1 livro sobre ficção e literatura;
- 6) Revistas que versem sobre assuntos do currículo escolar;
- 7) Revistas técnicas sobre pedagogia;
- 8) Revistas técnicas sobre agricultura e pecuária;
- 9) Revistas recreativas infantis e para adultos (FILHO, 1957, p. 263)

Os volumes apresentados pelo autor constatarem que a Biblioteca Ambulante não abria muito espaço para leituras literárias ou de deleite. Em sua grande maioria, os livros estariam voltados para aspectos pedagógicos, escolares e, naturalmente, aspectos da agricultura e pecuária, considerados de suma importância para as instituições de ensino rural, considerando os princípios pedagógicos idealizados para essas instituições.

Com relação ao funcionamento, a acessibilidade se apresentava como o maior dos desafios. O plano era transportar os livros dentro de caixas, junto de uma relação bibliográfica dos volumes dentro da mesma, um regulamento tratando do funcionamento do empréstimo e, por fim, um roteiro indicando a próxima escola para onde a caixa deveria ir.

O tempo em que a caixa poderia permanecer na escola dependeria da demanda por consulta na mesma, e por isso ficaria a critério de um professor encarregado. A esse professor seria atribuído, também, o encargo de examinar o acervo, verificando irregularidades, como perdas, por exemplo. Esses dados seriam registrados para que, em caso de necessidade, a caixa fosse recolhida para o acervo ser restaurado. O professor responsável deveria fazer com que a caixa chegasse na próxima escola do roteiro. Ao final do ano letivo, todas as caixas em circulação seriam recolhidas para uma sede onde seus acervos seriam reorganizados para que, no início das aulas, as mesmas estivessem prontas para serem redistribuídas.

O próximo aspecto tratado por Samuel Jose de Souza Filho, com relação a Biblioteca Ambulante refere-se aos Serviços Técnicos. Esses deveriam ser executados na sede e contariam com os seguintes:

Registro ou Tombamento: será feito em fichas contendo os seguintes dados sobre o livro: número, autor, data, título, classificação, editor, ano, edição, lugar, encadernação, n. de volumes, origem, preço e preço de encadernação. Separadamente na parte inferior fornece dados sobre a baixa do livro, como: data, data da substituição, causa e n. de entrada.
Identificação: o material bibliográfico, inicialmente, será identificado com o carimbo da Delegacia de Ensino, usado com intervalo de 80 em 80 páginas.
Empréstimo: será usado o comum, uma ficha do livro, uma de identificação do leitor, o bolso e a papelata de datas coladas na capa interna do livro.
Classificação: usaremos a de Melwin Dewey. Procuraremos dar a classificação o mais completo possível em vista de prevermos um aumento do acervo. Para melhor identificação de cada obra, também usaremos os sistemas de Cutter para nomes de autores.
Catalogação: a catalogação será unicamente em uma ficha matriz, pois que, o fichário não acompanhará a caixa e por isso, não será manuseado pelo leitor. Haverá um fichário onde serão colocadas as fichas matrizes de cada caixa, topograficamente por assunto. As fichas de registro serão em ordem cronológica de entradas (1957, p. 264)

Percebe-se, aqui, que as diretrizes referentes a organização da Biblioteca Ambulante já estavam muito bem encaminhadas e apropriadas pelo boletim de 1957. O fato de as orientações estarem voltadas para os professores em uma

subseção que remete aos alunos chama a atenção mais uma vez. De fato, aos alunos caberia grande parte da apropriação do acervo dessa biblioteca, mas, cabendo aos professores realizarem seu trabalho braçal, talvez essas orientações ficassem melhor alocadas e pertencidas à subseção vista no início desse capítulo, a Atividades Próprias do Professor. Percebe-se aqui a ausência do Estado em meio a essa demanda uma vez que a criação desses departamentos não estaria sob sua responsabilidade no que tange a financiamento ou promoção. A preocupação em orientar os trabalhos estava voltada para a atuação dos professores unicamente e, a instauração do projeto, para as escolas de ensino rural e os profissionais que a compunham.

Por fim, o autor tece algumas considerações referentes a sede da Biblioteca Ambulante Escolar Rural. Nelas, infere que a instalação precisava contar apenas com os móveis que auxiliassem no funcionamento dos trabalhos técnicos e que proporcionassem um ambiente confortável aos seus funcionários.

A última edição dos boletins da qual essa pesquisa tem acesso, ou seja, a de 1958, inicia, na subseção Grêmio para Menores, com uma escrita informativa a respeito de um Clube Agrícola pertencente a Itaí. Em seguida, passa a tratar da questão da imprensa na Escola Rural, mais especificadamente, do jornal escolar. Desta vez, diferentemente da primeira em que aparece no boletim de 1954/1955, as orientações são mais extensas, assumindo um maior espaço de escrita. De acordo com que está posto no documento, o jornal escolar era uma das atividades mais proveitosas a serem realizadas "à margem do currículo", pois:

Éle realiza várias finalidades educacionais da criança, que se pode esperar da escola, a par da instrução. Assim, é um veículo auxiliar didático-pedagógico poderoso, realizando objetivos altos na integração do indivíduo ao meio: didáticos, sociais pròpriamente ditos, econômicos e psicológicos (Boletim do Ensino Rural, 1958, p. 452)

Destoando da primeira vez em que as orientações para a criação de um jornal estudantil aparecem, essa segunda escrita se propõe, em um primeiro momento, a discorrer a respeito dos tipos existentes de jornal.

O documento sustenta que a maneira com que se realiza um jornal ou a matéria que o mesmo possui caracterizam seu tipo, podendo sê-lo falado, contado, exposto em mural, manuscrito, datilografado, hectografado, mimeografado ou, então, impresso. No tocante a cada um desses:

No falado cada aluno lê uma notícia, sendo isto realizado na hora de recreio ou em classe; no cantado, um aluno fala a notícia e um côo comenta, ou responde. O mural, colocado em lugar próprio, é feito em quadro-negro, com título ao alto, onde os alunos o escrevem a giz [...]. O manuscrito fica a cargo de um aluno ou grupo de alunos com boa letra e habilidade para desenho, podendo tirar dêle mais de um exemplar, que circularão de mão em mão. Do datilografado - batido a máquina de escrever - está evidente que cópias poderão ser tiradas. O hectografado (hecto-sem) permite uma tiragem de 100 exemplares [...]. O mimeografado é primeiro datilografado em estencil e a seguir multiplicado no mimeógrafo, e em grande número de cópias em papel especial. O impresso representa um ideal mais alto, que só deve ser tentado depois da experiência prévia dos outros tipos [...] (Boletim do Ensino Rural, 1958, p. 452)

Alcançar o objetivo com o jornal dependeria de uma iniciativa coletiva. O jornal deveria enquadrar-se dentro das normas fundamentais desde seu início. O jornal precisava, também, ser interessante em duas perspectivas: do ponto de vista intrínseco, ou seja do conteúdo, e também do ponto de vista extrínseco, ou seja, com relação a sua composição material. No que tange ao conteúdo: [...] “refletirá o ambiente da escola, vivido pela criança, devendo ser noticioso, informativo, variado, sempre com absoluta fidelidade aos fatos; verídico” (Boletim do Ensino Rural, 1958, p. 453). No que se refere ao material:

A apresentação material será agradável à vista viva, fugindo quanto possível ao formalismo. Para isto, além da distribuição equilibrada das matérias, da variedade de tipos e tamanhos das letras, contará com ilustrações. Estas, completam e animam o texto (Boletim do Ensino Rural, 1958, p. 453)

Isso posto, o jornal escolar deveria ser pensado para ser frequente, pois, um período longo entre um número e outro poderia esfriar o entusiasmo do alunado.

Com relação a organização do trabalho, deveria ser um esforço conjunto. Um professor rural deveria orientar e dirigir os trabalhos. Um aluno seria munido da responsabilidade de reunir e coordenar a matéria que seria divulgada. Os demais alunos seriam, cada um, um redator permanente que teria espaço para escrever sobre aquilo que interessava. Ainda, haveriam os chamados compositores, responsáveis pela realização do número do jornal.

O jornal deveria ser constituído de partes com finalidades bastante específicas. Quanto a elas:

[...] terá ao alto, bem legível o título. Ainda: um slogan ou frase, definidora dos objetivos da publicação. Assim como o nome ou os nomes dos

responsáveis. Abaixo disto: dia, mês, ano e número de ordem da tiragem. A matéria propriamente dita se distribuirá nas seguintes partes, artigo de fundo (não é assinado e representa a opinião do jornal); tópicos, comentários sobre assuntos diversos, também não assinados); reportagens (assinadas pelo redator, que observa e conta um fato interessante); entrevista (assinada e na qual o redator conta o que ouviu de pessoa eminente ou especialista); noticiário (pequenos tópicos informativos, oficiosos) (Boletim do Ensino Rural, 1958, p. 453)

Além dessas partes, poderiam haver algumas seções especializadas, tais como: “social (aniversário, viagens), esportiva, cinematográfica, artística, feminina (economia doméstica, culinária, boas maneiras, etc.)” (Boletim do Ensino Rural, 1958, p. 453).

A subseção Grêmios para Menores surge nos boletins, em um primeiro momento, como um ambiente para discutir espaços de orientação discente dentro das instituições de ensino rural. Os Clubes Agrícolas Escolares, que aparecem nas primeiras publicações da qual essa pesquisa dispõe, demonstram bem essa questão uma vez que objetivam movimentar os alunos em prol das próprias atividades desenvolvidas dentro das instituições. Além disso, as orientações não demonstravam nenhuma dificuldade muito acentuada que viesse a impossibilitar a criação de tais clubes. Conforme as publicações avançam, como visto nesse capítulo, o quadro Grêmios para Menores assumia novas formas e as orientações passavam a concentrar-se, também, nos professores. Isso acontecia devido ao grau de dificuldade das sugestões que passam a aparecer, como, por exemplo, a Biblioteca Ambulante Escolar Rural e, especialmente, o jornal estudantil. Esse último apresenta um importante ponto de debate pois parecia demandar um trabalho grande envolvendo uma série de informações que fugiam um pouco daquilo que parecia caro aos pedagogos rurais, que era manter as atividades educacionais ligadas ao meio rural e a todas as suas especificidades. As seções especializadas que o jornal poderia conter, que estão citadas a cima, são alguns exemplos disso.

Em última instância, a preocupação que os boletins possuíam em lançar orientações sobre os professores mesmo em um espaço destinado aos docentes demonstra muito do caráter desses documentos. O objetivo visualizado pelas publicações em fortalecer as instituições de ensino rural concebia muito mais os professores como alavanca para tal do que os alunos em si. Aos alunos, acredita-se que se esperava certa apropriação do ambiente escolar, por meio da sua atuação em departamentos como os jornais, por exemplo, e das próprias especificidades do

meio rural, com o trabalho nos Pelotões de Saúde. Mesmo que esses projetos citados como exemplo parecessem audaciosos e não se tenha, nas subseções, exemplos das suas implementações, é possível imaginar possíveis cenários de atuação discente dentro das instituições de ensino rural.

Entende-se que as instituições educacionais constituem processos de identidade e que esses são modelados e praticados com relação as necessidades e os valores de uma sociedade. As instituições de ensino rural são bastante representadas por esse ideário uma vez que existe suma importância nas características específicas da comunidade em que essas instituições estavam inseridas, características essas que operacionalizaram e nortearam os ideais propalados por elas. Em Magalhães (1999, p. 68-69) entende-se que uma instituição educativa se constitui, no campo histórico, em uma totalidade em construção e organização, em uma identidade. Quanto a organização, a instituição apresenta e representa uma cultura pedagógica que compreende um ideário de práticas de diversas naturezas, dados os fins, atores, conteúdos e sua inserção num contexto histórico que desenvolve uma relação educacional que se adequa aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias. O ruralismo pedagógico, em meio a essas práticas, buscou construir a ideia de uma escola que estivesse voltada as práticas e para as necessidades que acreditava-se serem as mais urgentes da população do campo, o que tornou-se um discurso aceito e legitimado (PRADO, 1995).

A educação, portanto, não era uma educação qualquer, mas idealizada a partir de determinados propósitos. O discurso educacional passa a desempenhar um papel cada vez mais político e, nesse movimento, passa a ser visto como o instrumento mais eficiente para o enfrentamento da "questão social".

4. ÚLTIMAS PALAVRAS

O processo pelo qual passou o Brasil a partir de 1920 foi responsável, sem dúvida, pelos movimentos realizados algumas décadas depois. O advento das grandes cidades ultrapassa a ideia de uma novidade, torna-se um símbolo de modernidade que deveria servir de modelo. Sendo assim, o campo e os homens e mulheres que lá viviam acabam por representar um ideário de atraso e desatualização. Nessa conjuntura, o contingente populacional que passa a migrar para as grandes cidades a partir de 1920 vão transformar-se, cada vez mais, em uma preocupação.

No estado do Rio Grande do Sul o cenário não é visto de forma diferente. De fato, com o alto número de pessoas saindo do campo para as cidades, o governo passa a buscar formas de fixar esses homens à terra tentando negar a preciosidade com que a população do campo visualizava as grandes cidades e, ao mesmo tempo, tentava despertar o interesse pelo campo e por todas as suas potencialidades, afirmando a importância econômica desse espaço como garantia do e para o futuro do Brasil. O ruralismo pedagógico em todos os seus propósitos se soma para o entendimento dessas questões. A educação rural passa a ser visualizada como forma de trazer essa modernização e de formar cidadãos adaptados as especificidades do seu meio.

Em suma, esse trabalho de conclusão de curso buscou discorrer um acerca dos Boletins da Superintendência do Ensino Rural, impressos oficiais que levavam consigo o objetivo de fortalecer as instituições de ensino rural por meio dos seus discursos de divulgação e de instrução pedagógica. A pesquisa debruçou-se, num primeiro momento, sobre alguns discursos de professores rurais gaúchos na tentativa de entender como esses concebiam os problemas e as potencialidades específicas do meio rural e desdobravam tais questões em suas práticas docente. Em um segundo momento, direcionou o olhar para os discursos de instrução pedagógica, em primeira instância para aqueles direcionados para os professores e, em última, para aqueles que se voltavam para o alunado.

Nesse movimento, tornou-se nítida que a Superintendência do Ensino Rural, responsável pela produção dos Boletins, concentrava sua preocupação nas práticas docente, visando alcançar seus objetivos com as questões de fixação dos estudantes à terra. Esses profissionais, de certa forma, treinados para trabalharem

nesse meio, deviam manter-se intimamente ligados a esses objetivos incorporando-os aos seus ofícios.

No início dessa pesquisa entendia-se que estudar Educação Rural permitiria a busca por respostas e indagações do presente, projetando o olhar sobre o passado, para assim promover a possibilidade de não silenciar vozes e ações. Com a conclusão desta tarefa, após todo o trabalho de leituras, interpretações e análises, percebe-se que de fato o é!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Memórias da Rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960) / Dóris Bittencourt Almeida, 2007
- BAGGIO, Pedro. Cooperativas Escolares. In: Boletins da Superintendência do Ensino Rural, 1954/55
- BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. Cidadania e Educação Rural no Brasil: um estudo sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963). (Tese de Doutorado). USP. São Paulo, 1997
- BEZERRA NETO, Luiz. Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil. (Tese de Doutorado). UNICAMP, Campinas, 2003
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia)
- CONCEIÇÃO, Diamantina Costa. Qual o melhor processo para a dinamização e desenvolvimento cultural e econômico dos municípios brasileiros. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1956
- FILHO, Samuel Jose de Souza. Biblioteca Ambulante Escolar Rural. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1957
- FRAGA, Andreia Silva de. Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960). 2017. 2015 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2017
- HEIM, Eleonora. Problemas: infrequência - indisciplina - cultivo da terra. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1954/55
- JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. Paedagogica Historica. International journal of the history of education (Suppl. Series, vol. I, coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995, pp. 353-382)
- K.W. Colaborações. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1954
- KOLKY, Lauro. Aspecto Pedagógico da Zona Rural. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1954
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista / Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, p. 67-72, 1999

VICENTE, Magda de Abreu. A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas/RS: a atuação da igreja católica e dos poderes públicos (1955-1971). 2018. 356f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, 2018

MENNUCCI, SUD. Discursos e Conferências Ruralistas. São Paulo, 1946

OLIVEIRA, Carlos Odinei de. Resenha: A Educação Rural sob múltiplos olhares. Cadernos de História da Educação, 2009

PINTO, Juvenal José. O professor rural pergunta - a Superintendência Responde. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1954

PINTO, Juvenal José. Biblioteca Escolar Rural. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1956

PRADO, A. A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 4, p. 5–27, jul. 1995

QUADROS, Claudemir de. Centro de Pesquisas e Orientação Educacional - CPOE/RS: discursos e ações institucionais. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Tese de Doutorado

ROCHA, Ovídio Germano Pias. Instituições Escolares. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1957

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009

SILVA, Osmar I. O valor da flor na escola. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1954

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. Jornal. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1954/55

TELES, J.F. A Educação Rural e seus problemas básicos. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1956

TORRES, Ruth Ivoty. Sugestões par o Desenvolvimento na Escola Isolada. In: Boletim da Superintendência do Ensino Rural, 1954

WERLE, Flávia Obino Corres. Educação Rural: impresso oficial para o fortalecimento da escola pública rural. In: Simpósio Brasileiro de História da Educação. Espírito Santo, anais, 2011

DOCUMENTOS

Boletins da Superintendência do Ensino Rural do estado do Rio Grande do Sul – Centro de Documentação (CE-DOC) do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), Universidade Federal de Pelotas – anos 1954, 1954/1955, 1956, 1957 e 1958.